

Aliança do Brasil Seguros S.A.

CNPJ 01.378.407/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., anteriormente denominada Santa Catarina Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atual, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Em 2011 a Seguradora apresentou prêmios emitidos líquidos de R\$ 467,6 milhões, representando um incremento de 220,5% sobre o exercício anterior, decorrente, principalmente, da carteira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, transferida em 1 de setembro de 2010, aprovada pela SUSEP em 4 de agosto de 2010. O lucro líquido foi de R\$ 29,5 milhões, 130,2% superior a 2010.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Circulante		486.252	285.420	Circulante		422.116	320.003
Disponível		9.832	2.970	Contas a pagar		39.669	23.129
Caixa e bancos		9.832	2.970	Obrigações a pagar		27.200	8.391
Aplicações	5	198.259	57.777	Impostos e encargos sociais a recolher		7.474	7.540
Créditos das operações com seguros e resseguros		132.704	119.114	Impostos e contribuições		4.995	7.198
Prêmios a receber	7	109.050	107.527	Débitos de operações com seguros e resseguros		65.538	65.002
Operações com seguradoras		7.203	1.979	Prêmios a restituir		103	493
Operações com resseguradoras		15.306	8.688	Operações com seguradoras		2.537	1.505
Outros créditos operacionais		1.145	920	Operações com resseguradoras		17.324	10.655
Ativos de resseguro – provisões técnicas		90.167	68.313	Corretores de seguros e resseguros		20.502	14.890
Títulos e créditos a receber		10.963	4.418	Outros débitos operacionais		25.072	37.459
Títulos e créditos a receber		10.634	4.129	Depósitos de terceiros	7	5.291	5.758
Créditos tributários e previdenciários	17	329	289	Provisões técnicas - seguros	10	311.618	226.114
Outros valores e bens		11	14	Danos		311.618	226.114
Bens à venda		11	14	Passivo não circulante		95.582	62.631
Despesas antecipadas		579	18	Contas a pagar		284	85
Custos de aquisição diferidos		43.737	32.796	Provisões técnicas - seguros	10	83.386	49.865
Seguros		43.737	32.796	Danos		83.386	49.865
Ativo não circulante		158.617	201.611	Outros débitos		11.912	12.681
Realizável a longo prazo		157.695	200.882	Provisões judiciais	14	11.912	12.681
Aplicações	5	117.828	169.098	Patrimônio líquido	15	127.171	104.397
Ativos de resseguro – provisões técnicas		13.971	11.091	Capital social		89.570	89.570
Títulos e créditos a receber		23.276	19.461	Reservas de lucros		37.175	14.699
Créditos tributários e previdenciários	17	7.120	6.263	Ajustes com títulos e valores mobiliários		426	128
Depósitos judiciais e fiscais	14	16.156	13.198				
Custos de aquisição diferidos		2.620	1.232				
Seguros		2.620	1.232				
Investimento		293	93				
Participações societárias		293	93				
Imobilizado		8	15				
Bens móveis		8	15				
Intangível		621	621				
Outros intangíveis		621	621				
Total do ativo		644.869	487.031	Total do passivo		644.869	487.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.569	485	4.447	8	-	9.509
Aumento de capital:						
AGE de 10.05.2010	85.001	-	-	-	-	85.001
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	120	-	120
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.809	12.809
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	641	-	-	(641)	-
Reserva de lucros	-	-	9.126	-	(9.126)	-
Dividendos	-	-	-	-	(3.042)	(3.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.570	1.126	13.573	128	298	104.397
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	298	-	298
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.476	29.476
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	1.474	-	-	(1.474)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Reserva de lucros	-	-	21.002	-	(21.002)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.570	2.600	34.575	426	-	127.171

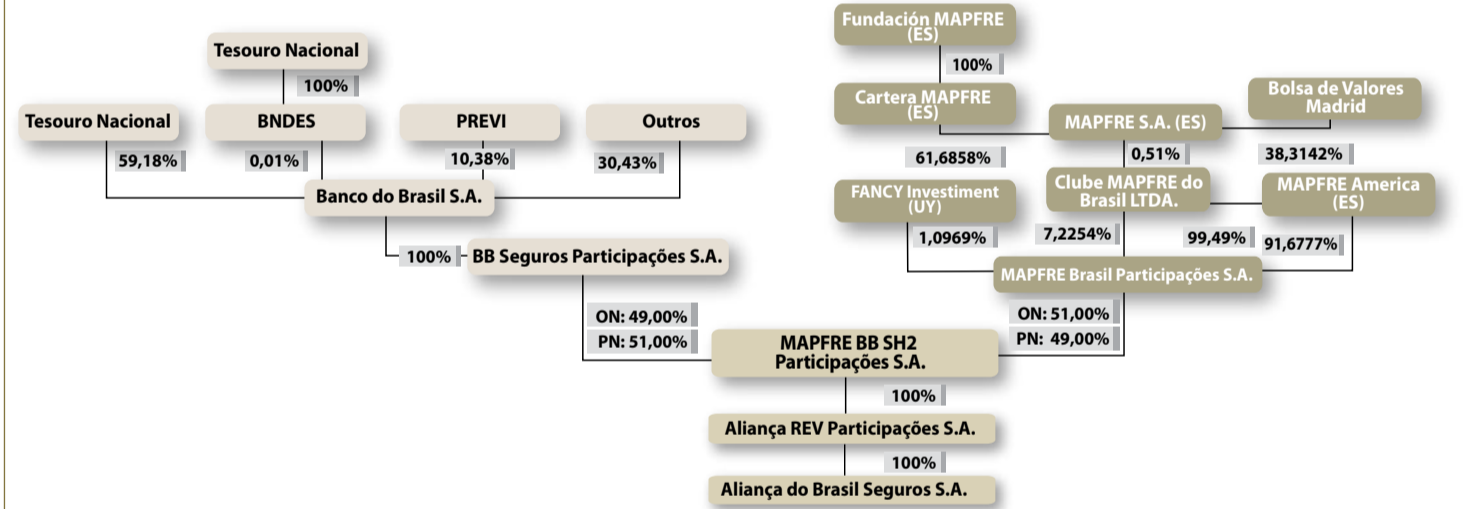
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante referida também como "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de riscos de danos. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa 18. Em 29 de abril de 2010 a SUSEP aprovou parte da reorganização operacional e societária deliberada em 11 de dezembro de 2009 pela Administração relacionada às mudanças: de sua denominação social para Aliança do Brasil Seguros S.A., de sua sede para São Paulo, de seu objeto social e dos ramos de seguro e abrangência geográfica de sua atuação, condicionada ao aumento de capital de R\$ 85.001 mil que foi realizado em 28 de maio de 2010. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceria requereu

a reorganização societária da área de seguros da BB Seguros e Participações S.A., na qual se inclui esta Seguradora. Neste sentido, aconteceu a transferência da totalidade da carteira de seguros do ramo vida da Seguradora para a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e da carteira de seguros de certas classes de operações de riscos de danos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil para a Seguradora, prevista nessa reorganização, que foi efetivada em 1º de setembro de 2010, com base nos saldos contábeis de 31 de agosto de 2010, após aprovada pela SUSEP, conforme Portaria SUSEP 3.736 de 4 de agosto de 2010. Adicionalmente, em 25 de fevereiro foi transferida a titularidade das ações que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil possuía da Seguradora para a Aliança REV Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança REV Participações S.A.), referida também como "Aliança REV". Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holding, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. Não houve efeito de transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota 19. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguros provisões técnicas; ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iv) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e v) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b Instrumentos financeiros;
- Nota 3f Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3g Mensuração dos contratos de seguros;
- Nota 3i Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3j Provisões técnicas;
- Nota 3k Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e
- Notas 13 e 14 Provisões judiciais.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações. **a. Caixa e equivalentes a caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curtíssimo prazo e liquidez imediata. **b. Instrumentos Financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) designados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São

classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e cosseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do período. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5b. **c. Instrumentos derivativos:** Contratos de investimentos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado. **d. Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. **ii) Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e. Ativos Intangíveis:** Gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. **f. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de seguros, sendo que a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DEC/CON/GAB/INV. 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observado a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **g. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por

Como parte da reorganização societária que viabiliza o acordo firmado, em 25 de fevereiro de 2011 a titularidade das ações que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil possuía da Seguradora foi transferida para a BB Aliança REV S.A.

A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos a nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	16	467.644	145.899
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(48.317)	(16.338)
(=) Prêmios ganhos		419.327	129.561
(+) Receita com emissão de apólice		11.656	2.878
(-) Sinistros ocorridos	16	(163.901)	(37.189)
(-) Custos de aquisição	16	(190.803)	(61.214)
(+) Outras receitas e despesas operacionais		(28.237)	(10.497)
(=) Resultado com resseguro		8.575	(726)
(+) Receita com resseguro		44.613	10.168
(-) Despesas com resseguro		(36.038)	(10.894)
(-) Despesas administrativas	16	(25.579)	(9.185)
(-) Despesas com tributos	16	(14.393)	(4.500)
(+) Resultado financeiro	16	33.765	12.326
(=) Resultado operacional		50.410	21.454
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(63)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		50.410	21.391
(-) Imposto de renda	17	(12.071)	(4.938)
(-) Contribuição social	17	(7.389)	(3.067)
(-) Participações sobre o resultado		(1.474)	(577)
(=) Lucro líquido		29.476	12.809
(/) Quantidade de ações		14.823	14.823
(=) Lucro líquido por ação		1.988,53	864,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	29.476	12.809
Outros resultados abrangentes	298	120
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	497	200
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(199)	(80)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	29.774	12.929
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	29.774	12.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ nº 01.378.407/0001-10

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 410/2010 e nenhuma insuficiência foi identificada. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de juros contratada para ativos e passivos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de juros esperada para os ativos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Tábua	Não há
Sinistralidade	71%

I. Passivos financeiros: Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **m. Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e é a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECONGAB nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **n. Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreende substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **o. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de seguro;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e mantém a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outras, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento à Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor a Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de Seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora subsistia a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Região geográfica	2011	2010
	%	%
Centro-Oeste	13%	10%
Nordeste	18%	15%
Norte	6%	6%
Sudeste	43%	37%
Sul	20%	32%
	100%	100%

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. **Sensibilidade do risco de seguro:** O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **(a) Provisões Técnicas:** 1. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2. Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNNG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **(b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impacto no Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. **(c) Taxa de juros:** Simulamos como uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o Resultado Financeiro do exercício e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	2011	2010
		Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Patrimônio Líquido
a. Provisões Técnicas	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(1.987)	(1.136)
a1. IBNR	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(1.987)	(1.136)
a2. PIP de longo prazo	Aumento	N/A	N/A
	Redução	N/A	N/A
b. Sinistralidade	Aumento sinistralidade afetaria o exercício Como uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o exercício	(7.754)	(1.615)
c. Taxa de Juros	Redução	(2.639)	(1.103)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **Perdas decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; **Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento;** **Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas;** **Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, não há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com produtos fundamentalmente massificados. Considera-se, também, que o risco é minimizado uma vez que a maior parte dos seus segurados é correntista do Banco do Brasil, e os prêmios são, usualmente, debitados automaticamente em sua conta-corrente. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta

qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Até 31 de dezembro de 2011, os parceiros de resseguros eram: IRB Brasil Resseguros S.A. - 84%; MAPFRE Re Companhia de Resseguros S.A., - 6%; Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. - 9%; MAPFRE Re do Brasil, - 1%. Em 31 de dezembro de 2011 o total de ativos de resseguro recuperáveis é de R\$ 15.306 (R\$ 8.688 em 2010), sendo que parte relevante desse saldo tinha como contraparte o IRB Brasil Resseguros S.A. **Gerenciamento do Risco de Crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pela Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Superintendência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	71.163	-	-	71.163
Valor justo por meio do resultado	46.610	62.722	-	109.332
Disponível para venda	25.851	45.405	5.225	76.481
Mantidos até o vencimento	1.391	45.178	22.020	68.589
Créditos das operações de seguros e resseguros	132.704	-	-	132.704
Ativos de resseguro	67.429	22.568	5.289	95.286
Créditos tributários e previdenciários	329	7.120	-	7.449
Despesas antecipadas	579	-	-	579
Custo de aquisição Diferidos	39.516	4.134	2.707	46.357
Outros ativos	10.999	-	-	10.999
Total dos ativos financeiros	396.571	187.127	35.241	618.939
Contas a pagar	39.669	284	-	39.953
Débitos de operações com seguros e resseguros	65.538	-	-	65.538
Depósitos de terceiros	5.291	-	-	5.291
Provisões técnicas - seguros e resseguros	296.972	75.685	22.347	395.004
Total dos passivos financeiros	407.470	75.969	22.347	505.786

Os ativos financeiros relacionados a Depósitos Judiciais, R\$ 16.156, Ativos de Resseguro referentes a processos judiciais de sinistros, R\$ 8.853, e os passivos financeiros relativos a Provisões Judiciais, R\$ 11.912, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Outro importante aspecto referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. O objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios dos ramos operados. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Superintendência Financeira e a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 319 (2010 - R\$ 833). No exercício analisado, as posições que mais contribuíram, em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de preços e taxa de juros pré-fixada. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a Taxa de Juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento.

Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Transfêrencia	Aplicações	Resgates	Ganho/Prov. Desv.	Rendimentos/Atualizações	Saldo em 31/12/2011	Classificação do Ativo
Certificado de Depósito Bancário - CDB	70.788	-	-	(485)	-	14	-	Disponível para Venda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.178	-	-	-	(24)	3.601	34.365	Disponível para Venda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.537	-	-	-	72	298	2.907	Disponível para Venda
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	77.969	-	(59.269)	500	4.602	23.804	23.804	Disponível para Venda
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	36.544	-	(37.030)	(80)	566	-	-	Disponível para Venda
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8.656	-	(837)	-	974	8.793	8.793	Até o Vencimento
Fundo BB Aliança 3 FI	29.941	25.924	278.987	(203.500)	-	11.438	139.750	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo BB Aliança 3 FI	39.544	(25.924)	46.385	(6.900)	-	6.690	59.795	Até o Vencimento
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	7.082	-	-	(878)	-	878	7.082	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo de Invest. BB- DPVAT	-	9.162	-	(845)	-	972	9.289	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo de Invest. Brad - DPVAT	-	9.162	-	(845)	-	947	9.264	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo de Invest. Itaú - DPVAT	-	9.162	-	(845)	-	960	9.277	Valor Justo Por Meio do Resultado
Letras Financeiras - LF	-	10.000	-	-	-	183	10.183	Disponível para Venda
Debêntures	-	5.005	(349)	29	-	539	5.224	Disponível para Venda
Total	226.523	-	367.863	(311.813)	497	32.663	315.733	-

a. Composição por prazo e por título

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2011		Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo		
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias					
Operações Compromissadas	61.331	-	-	61.331	-		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	1.224	37.627	38.851	1.072		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.484	-	20.777	31.261	30.477		
Quotas de Fundo DPVAT	27.830	-	27.830	27.830	784		
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	7.082	-	7.082	7.082	-		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	4.319	4.319	130		
Caixa/Ajustes DI	(11)	-	-	(11)	-		
	1 a 30 dias ou sem vencimento	111	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
		31 a 180 dias		30.013	30.013	30.013	-

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2010		Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo	
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias				
Operações Compromissadas	22.934	-	-	22.934	-	
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	7.082	-	-	7.082	-	
Caixa/Ajustes DI	(3)	-	-	(3)	-	
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
				76.481	75.771	710

Ativos financeiros disponíveis para venda	2011		Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo	
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	13.932	11.919	34.366	34.407	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	23.800	23.800	23.119	
Letras Financeiras	-	-	10.183	10.183	-	
Debêntures	-	-	5.225	5.225	5.196	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	2.907	2.907	2.866	
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
				148.309	148.095	214

Ativos financeiros disponíveis para venda	2010		Valor Contábil/ Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	30.788	30.788	30.805
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	20.625	57.344	77.969	77.787
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	2.537	2.537	2.568
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	6.314	-	30.230	36.544	36.464
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	471	-	471	-
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/ Valor Justo	

	2011		Valor a Receber/Pagar
	Quantidade	Valor de Referência	
Derivativos			
NTN-F - A vencer entre 1 a 30 dias	105	10.500	10.491
LTN - A vencer acima de 360 dias	50	5.000	4.322
NTN-F A vencer acima de 360 dias	235	23.500	19.238
	390	39.000	34.051

	2011		2010	
	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber/Pagar
7. PRÊMIOS A RECEBER				
Prêmios a receber	111.464	109.313		
(-) Provisão para riscos de créditos sobre prêmios de seguros	(2.414)	(1.786)		
Total	109.050	107.527		

A Seguradora não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2011	2010
Saldo Inicial	109.313	370
Prêmios emitidos	543.038	246.271
Cancelamentos	(54.429)	(31.230)
Recebimentos	(486.458)	(106.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	111.464	109.313

b) Composição por prazo de vencimento

	2011	2010
Vencidos	78.289	67.775
Vencidos: 1 a 30 dias	23.223	22.877
Vencidos: 31 a 60 dias	733	15.241
Vencidos: 61 a 120 dias	3.485	977
Vencidos: 121 a 180 dias	3.120	466
Vencidos: 181 a 365 dias	1.015	1.115
Vencidos superior a 365 dias	1.599	862
Total	111.464	109.313

O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos sinistros pelos seguros é de 150 dias em 2011 e 2010.

8. OPERAÇÕES DE RESSEGURO

a) Ativo

	2011	2010
Prêmios	-	1.871
Recuperação de sinistros IRB	14.754	7.860
Outros	2.794	-
(-) Provisão para riscos de créditos com resseguradores	(2.242)	(1.043)
Total	15.306	8.688

b) Passivo

	2011	2010
Prêmios cedidos	(17.863)	(10.615)
Comissão a recuperar	2.424	1.160
Outros	(1.885)	(1.200)
Total	(17.324)	(10.655)

9. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

	2011	2010
1 a 30	1.675	3.800
31 a 60	693	258
61 a 120	803	1.241
121 a 180	128	103
181 a 365	1.140	55
Superior a 365	852	301
Total	5.291	5.758

10. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisões técnicas de seguros	Saldo em 31/12/2010		Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Constituições				
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	137.654	493.335	(445.437)	-	-	185.552
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	124.651	173.589	(112.615)	-	884	186.509
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	12.523	8.801	-	-	-	21.324
Outras provisões (PCP)	1.151	468	-	-	-	1.619
Total das provisões técnicas	275.979	676.193	(58.052)	-	884	395.004
Custo de aquisição diferido	34.028	160.803	(148.474)	-	-	46.357
Saldo em 31/12/2010	310.007	837.000	(206.526)	-	884	441.361

Provisões técnicas - resseguros	Saldo em 31/12/2010		Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Constituições				
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	22.586	53.113	(47.906)	-	-	27.793
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	59.471	49.407	(30.369)	(217)	77.932	77.932
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	1.896	1.492	-	-	-	3.388
Outras provisões (PCP)	280	703	-	-	-	983
Total das provisões técnicas	84.233	104.355	(78.275)	(217)	110.096	
Custo de aquisição diferido	4.828	14.738	(13.608)	-	-	5.958
Saldo em 31/12/2010	89.061	119.093	(91.883)	(217)	116.054	

Provisões técnicas - seguros	Saldo em 31/12/2009		Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2010
	Saldo em 31/12/2009	Constituições				
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	439	406.551	(269.337)	-	-	137.653
Sinistros avisados (a liquidar)	1.870	161.770	(39.913)	-	924	124.651
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	3.016	9.508	-	-	-	12.523
Outras provisões (principalmente PCP)	367	784	-	-	-	1.151
Total das provisões técnicas	5.692	578.613	(309.250)	-	924	275.979
Custo de aquisição diferido	-	34.028	-	-	-	34.028
Saldo em 31/12/2009	5.692	612.641	(309.250)	-	924	308.393

Provisões técnicas - resseguros	Saldo em 31/12/2009		Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2010
	Saldo em 31/12/2009	Constituições				
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	-	66.349	(43.764)	-	-	22.585
Sinistros avisados (a liquidar)	-	73.756	(13.811)	-	(474)	59.471
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	-	1.896	-	-	-	1.896
Outras provisões (principalmente PCP)	-	280	-	-	-	280
Total das provisões técnicas	-	142.281	(57.575)	-	(474)	84.233
Custo de aquisição diferido	-	4.828	-	-	-	4.828
Saldo em 31/12/2009	-	147.109	(58.385)	-	(474)	89.252

11. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi ocorrido, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Montante estimado para os sinistros	Ano de ocorrência do sinistro						Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
• No ano da ocorrência	41.876	48.201	49.438	44.793	61.051	48.741	294.100
• Um ano após a ocorrência	36.675	43.757	40.865	39.121	42.721	-	203.139
• Dois anos após a ocorrência	38.687	43.229	39.980	34.556	-	-	156.452
• Três anos após a ocorrência	38.659	42.709	37.268	-	-	-	118.636
• Quatro anos após a ocorrência	38.510	38.711	-	-	-	-	77.221
• Cinco anos após a ocorrência	36.846	-	-	-	-	-	36.846
Estimativa dos sinistros na data-base	36.846	38.711	37.268	34.556	42.721	48.741	238.842
Pagamentos de sinistros efetuados	36.846	38.710	37.233	34.418	41.921	40.897	230.225
Sinistros Pendentes	-	1	35	138	800	7.844	8.818

12. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2011	2010
Provisões técnicas	395.004	275.979
Parcela correspondente a resseguros contratados	(104.139)	(84.233)
Direitos creditórios	(52.112)	(39.631)
Provisões retidas pelo IRB	(354)	(352)
DPVAT	(27.820)	-
Total a ser coberto	210.579	151.763
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	193.662	46.626
Títulos de renda fixa - públicos	69.866	156.493
Títulos de renda fixa - privados	15.408	-
Total	278.936	203.119

13. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais por probabilidade de perda

	2011			2010		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão
PSL Judicial						
Provável	147	3.957	10.362	193	6.138	11.359
Possível	445	43.092	18.191	341	42.553	14.565
Remota(*)	118	1.731	-	206	2.529	-
	710	48.780	28.553	740	51.220	25.924

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ 01.378.407/0001-10 informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da Aliança do Brasil Seguros S.A. com data base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Aliança do Brasil Seguros S.A., referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	PSL Judicial
1998	501
1999	270
2000	3.626
2001	3.107
2002	4.334
2003	2.052
2004	1.125
2005	602
2006	2.261
2007	2.494
2008	2.974
2009	1.880
2010	1.144
2011	2.183
Total	28.553

O prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 1.097 dias.

14. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

(a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2011	2010	2011	2010
Fiscal	5.476	5.476	6.069	6.069
COFINS	5.101	5.101	5.621	5.621
CSLL	375	375	448	448
Trabalhista	11	1.230	-	217
Cível	6.425	5.975	378	131
Total	11.912	12.681	6.447	6.417

Além dos valores apresentados no quadro acima, a rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" inclui o montante de R\$ 9.709 (R\$ 6.781 em 2010) de depósitos judiciais vinculados a sinistros em discussão judicial. **COFINS** - A Seguradora pleiteia judicialmente, desde junho de 1999, o afastamento do recolhimento da COFINS nos termos previstos na Lei nº 9.718/98. Até abril de 2010 a Seguradora provisionou e depositou judicialmente o valor questionado, passando a recolher o tributo a partir de maio de 2010. Até maio de 2009 a Seguradora provisionava e depositava a COFINS sobre as receitas de prêmios, as financeiras e as não operacionais, uma vez que a partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º, artigo 3º da Lei nº 9.718/98, por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de incluir as receitas financeiras e as não operacionais na base de cálculo. Em relação ao mérito da exclusão das receitas de prêmios de seguro da base de cálculo da COFINS, os assessores jurídicos da Seguradora classificam a possibilidade de perda como "provável". Em dezembro de 2010 a Seguradora reverteu a parcela da provisão correspondente à contribuição incidente sobre as receitas financeiras e as não operacionais, constituída entre junho de 1999 e maio de 2009, no montante de R\$ 321, tendo em vista que a Seguradora entende que o mérito do alargamento da base de cálculo da COFINS para as receitas excedentes aos prêmios de seguro está pacificado no plenário do STF em favor das seguradoras. Além disso, os advogados passaram a classificar a probabilidade de perda desta parcela como "remota". **CSLL** - Desde maio de 2008 a Seguradora discute judicialmente a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e efetuou depósitos judiciais referentes à parcela correspondente à majoração da alíquota até abril de 2010, constituindo provisão dos valores discutidos. A partir de maio de 2010 a Seguradora passou a recolher o valor integral da CSLL. O processo aguarda recurso de apelação interposto pela Seguradora. Os assessores jurídicos da Seguradora avaliam a probabilidade de perda da discussão como "possível". **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. **Cível** - Referem-se a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. **b) Movimentação:**

	2011				2010			
	I-Fiscais	II- Trabalhistas	III-Cíveis	Total	I-Fiscais	II- Trabalhistas	III-Cíveis	Total
Saldo inicial	5.476	1.230	5.975	12.681	5.831	902	-	6.733
Constituições	-	(1.219)	1.543	324	226	328	3.219	3.773
Atualização monetária	-	-	627	627	-	-	3.178	3.178
Baixas	-	-	(1.720)	(1.720)	(581)	-	(422)	(1.003)
Saldo final	5.476	11	6.425	11.912	5.476	1.230	5.975	12.681

c) Composição das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

	2011			2010		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Provisão	Valor da Provisão
I - Fiscais						
Provável	1	5.101	5.101	1	5.101	-
Possível	1	375	375	1	375	-
	2	5.476	5.476	2	5.476	-
II - Trabalhistas						
Provável	1	3	11	3	1.230	1.230
	1	3	11	3	1.230	1